

DESAFIANDO O PRECONCEITO RACIAL: A ESCOLA COMO ORGANIZAÇÃO MULTICULTURAL

SANTOS, Michele dos – UFRJ

CANEN, Ana – UFRJ

GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21

Agência Financiadora: Sem Financiamento

Introdução

“Falar do multiculturalismo é falar do jogo das diferenças, cujas regras são definidas nas lutas sociais por atores que, por uma razão ou outra, experimentam o gosto amargo da discriminação e do preconceito no interior das sociedades em que vivem”. (Gonçalves & Silva, 2004. p.11).

A pluralidade cultural tem sido tema de grandes discussões ao longo da história. Conforme Assis & Canen (2004), é impossível não perceber as relações distintas de poder entre as fontes culturais e raciais que deram origem e dividem o Brasil. De acordo com Gonçalves & Silva (2004), as políticas sociais, em especial as que se referem à educação, têm como alvo um público definido a partir de critérios de equidade, ou seja, critérios relacionados aos direitos de cidadania.

Portanto, a pluralidade cultural se coloca como um “problema”, pois as sociedades não se representam enquanto plurais, mas como monoculturais, partindo de um referencial etnocêntrico. Por acreditar que a educação se dá num espaço onde estão inseridos sujeitos de várias raças, contextos sócio-político-econômicos diferentes, religiões e classes distintas, faz-se necessário investigar até que ponto a escola tem contribuído para a afirmação, aceitação ou discriminação de identidades específicas.

A partir das motivações acima e reconhecendo a importância do tema para uma educação transformadora, os objetivos do presente trabalho foram os de analisar os relatos de casos de preconceito racial ocorridos em sala de aula ou no ambiente escolar, identificando até que ponto a escola tem se comportado como uma organização multicultural (Canen & Canen, 2005a), ao mesmo tempo propondo caminhos multiculturais de modo a contribuir para alternativas transformadoras no cotidiano escolar, motivadas pela análise da construção e reconstrução da identidade negra, considerada emblemática, nessa perspectiva.

Constitui-se em estudo de caso de cunho etnográfico, realizado em uma escola particular localizada na Baixada Fluminense que atende a alunos de classe média à alta. A escolha do caso parte da premissa de que o desafio a preconceitos e a valorização da identidade negra devem incluir não só espaços em que camadas desfavorecidas da população

encontram-se representadas, mas deve atingir aqueles em que a diversidade cultural e social está igualmente presente e que normalmente apresentam-se refratários a perspectivas multiculturais, possibilitando verificar até que ponto reforça-se, ou não, a relação de oprimidos e opressores, dominadores e dominados no cotidiano escolar, buscando sua transformação. É importante destacar que os professores entrevistados eram todos negros, ao todo dois homens e seis mulheres. Dados obtidos e analisados indicam importantes subsídios para a compreensão das contradições e perspectivas no espaço escolar para o desafio a preconceitos e construção de identidades étnico-raciais positivas, indicando a relevância da compreensão da escola como organização multicultural (Canen & Canen 2005a) de forma a superarmos visões reativas e partirmos para visões pró-ativas na compreensão das identidades multiculturais.

O Multiculturalismo, a Identidade Negra e Organizações Multiculturais

Se desejamos conhecer bem a nossa cultura e potencializar nossa identidade precisamos abrir-nos a realidades plurais. As sociedades são formadas na diversidade, portanto, os sistemas educacionais não podem ignorar as identidades das minorias, entendidas não apenas em termos numéricos, mas em função das relações de poder que as excluem, sistematicamente, dos sistemas de representação, dentre os quais a escola.

Conforme Serrano (2002), o termo educação multicultural passou a ser utilizado à medida que se percebeu que o poder de uma cultura majoritária pode impedir-nos de ver e aceitar a existência, o valor e a riqueza de perspectivas de outras culturas. Uma educação multicultural deve visar ao acolhimento do “diferente” e à tomada de consciência sobre a pluralidade cultural, lutando pelo desafio a preconceitos. Todos os povos, raças e culturas lutam para encontrar sua identidade e, sobretudo, para preservá-la.

Siss (2003), no entanto, alerta que o multiculturalismo não deve ser percebido de forma unívoca. O mero reconhecimento da diferença, conforme argumenta o autor, não implica em respeito aos diferentes e muito menos à sua cultura. A educação multicultural só será possível se formos capazes de vivenciar os valores democráticos da participação, da responsabilidade, do respeito aos direitos e às opiniões dos outros e da solidariedade. A escola é uma organização que lida com culturas diversas e o multiculturalismo, como um conjunto de respostas às diversas culturas existentes, exerce um papel fundamental da educação.

Canen (2001) define o multiculturalismo como um conjunto de princípios e práticas voltados para a valorização da diversidade cultural e para o desafio de preconceitos e

estereótipos a ela relacionados. O multiculturalismo, desde sua origem, aparece como um princípio ético que tem orientado a ação de grupos culturalmente dominados, aos quais foi negado o direito de preservarem suas características culturais. Ele também representa um importante instrumento de luta política.

Assis & Canen (2004) afirmam que a identidade negra é emblemática da luta pela construção e reconhecimento identitário, visto que a mesma é tratada de modo desigual, do ponto de vista histórico, econômico, social e cultural. Silva (2005) afirma que a identidade étnica e racial é, desde o começo, uma questão de saber e poder. Acrescenta que a história do termo “raça”, polêmico e carregado, está estritamente relacionado às relações de poder que opõem o homem branco europeu às populações dos países por ele colonizado. Logo, a escola é um espaço onde as diferenças se encontram, as culturas se cruzam, os excluídos podem ter a vivência da igualdade de acesso e de vivência de aprendizagem escolar.

Munanga (2000), por sua vez, afirma que o conceito de raça para definir a identidade negra nada apresenta de biológico, já que se trata de um conceito carregado de ideologia, escondendo algo não proclamado: a relação de poder e dominação. Afastando-se um pouco de D’Adesky (2001), que reconhece a identidade étnica, baseada em aspectos culturais (tais como a herança afro), como importante aspecto da identidade negra, Munanga (2000) teme que enquanto o racismo clássico se alimenta da noção de raça, o racismo novo estaria bebendo na noção de etnia, definida como grupo cultural, já que tal categoria seria mais aceitável do que raça. Entretanto, para o referido autor, essa mudança em nada altera a realidade do racismo, pois não “destrói a relação hierarquizada entre culturas diferentes, que é um dos componentes do racismo” (ibid., p. 29). Em uma perspectiva que parece se aproximar do multiculturalismo em sua vertente crítica, Munanga (2000) propõe que a identidade negra deve ser pensada como identidade política, formada na pluralidade de processos de identidade cultural entre “negros, brancos ou amarelos”, “todos tomados como sujeitos históricos e culturais e não como sujeitos biológicos ou raciais” (ibid., p. 32).

Canen (2001) acredita que a perspectiva multicultural crítica ajuda a superar uma atitude condenatória, resgatando o espaço intra-escolar para viabilizar práticas pedagógicas que ajudem na superação das diferenças culturais, ao invés de apenas abafá-las. Afirma que o multiculturalismo é uma corrente de pensamento político e teórico que visa ao reconhecimento identitário e à justiça social, dando visibilidade ao pluralismo das sociedades, promovendo lutas e combates ao racismo e discriminações contra os sujeitos percebidos como “diferentes” em políticas e práticas. O multiculturalismo crítico, uma de suas correntes, questiona processos racistas, discriminatórios e etnocêntricos que constroem as diferenças e

marginalizam “o outro” (Canen, 2001). Segundo Canen (2001, 2006), a identidade negra e sua construção/reconstrução positiva, superadora de discriminações e viabilizadora de práticas curriculares que avancem no reconhecimento e valorização do negro na sociedade, apresenta algumas categorias que se destacam nos discursos e nas discussões a seu respeito: cor, raça e etnia. Entretanto, tensões e ambigüidades apresentam-se nesta categoria, quando tomadas de forma essencializada e estanque, resultando, não raro, no congelamento identitário.

Portanto, ser negro é parte de uma construção identitária, em que a identificação racial é também social e culturalmente construída. A construção da identidade negra interessa ao cenário da sociedade brasileira, porque é marcada, historicamente, pelo tratamento desigual ao negro e por ações políticas de ação afirmativa recentes, como a reserva de vagas para negros e pardos nas universidades públicas, o que torna bastante relevante as discussões multiculturais sobre essa construção.

Muitas vezes o conhecimento a respeito do negro é meramente folclórico e pouco comprometido com a luta pelo desafio às discriminações. Oliveira (2006), por exemplo, em pesquisa realizada em escolas em que atuavam egressos do curso de especialização ministrado pelo Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira da UFF (PENESB/FEUFF), observou que o projeto político-pedagógico (PPP), que revela grandes marcos da identidade institucional multicultural da escola (Canen & Canen, 2005b), na verdade revelou que a inclusão dos estudos sobre a questão negra e não negra era apontado apenas em ocasiões especiais, “caracterizada pela folclorização e superficialidade da questão” (Oliveira, 2006, p. 199). Falta, nesse caso, conforme argumenta Oliveira (2006), o aprimoramento da formação das lideranças escolares para a elaboração do PPP em uma perspectiva de valorização da identidade negra. Ao mesmo tempo, falta, conforme Gonçalves e Silva (2005), uma perspectiva negra de pesquisa que, para além do rigor atribuído a processos de pesquisa convencionais, parta da avaliação da compreensão das civilizações africanas para a humanidade, para a interdependência da riqueza de nações com a escravidão de africanos e o compromisso com o resgate de um novo sistema-mundo valorizador da identidade negra.

Argumentamos, pois, que é fundamental, nesse novo sistema, que a escola tenha consciência de seu papel como uma organização multicultural. Canen & Canen (2005a) consideram organizações multiculturais aquelas organizações que lidam com diferenciados níveis de diversidade cultural. Na escola, podemos dizer que esta diversidade diz respeito não só aos sujeitos que aí trabalham (professores e funcionários), com suas diferenças de raça, gênero, classe social e outras características, mas também à diversidade cultural dos que a ela

acorem (pais e alunos), em constante movimento de hibridização com a identidade institucional da escola, identificada em seu projeto político-pedagógico, em seu clima institucional e nas especificidades do meio em que está inserida. Percebe-se a importância de se ter uma administração escolar também multicultural, através da qual possam ser criadas estratégias organizacionais que busquem a valorização da diversidade cultural e a sensibilização para as suas vantagens, bem como indicar caminhos para se lidar com a mesma, no cotidiano escolar. Dessa forma, o trabalho para a construção e reconstrução das identidades culturais, dentre as quais a identidade negra é emblemática, passa, como argumentamos, por um olhar renovado sobre a escola, entendendo-a não só a partir de seus currículos, mas de suas práticas de gestão cotidianas, no escopo de sua compreensão como organização multicultural, integrando identidades individuais, coletivas e institucionais (Canen & Canen, 2005b) em projetos emancipadores.

Com a palavra, os professores...

A partir do exposto, como se configuram as identidades de professores negros atuando em um espaço escolar e em que medida propõem ações que possam configurar a escola como organização multicultural, valorizadora da identidade negra?

A questão foi colocada no contexto de entrevistas que, devido ao conteúdo pessoal e emocional envolvido, são apresentadas a partir de nomes fictícios, de modo a contemplar a ética da pesquisa.

Joana foi a primeira professora entrevistada. Ela tem 33 anos, é professora de Geografia e fez pós-graduação em “História da África e o negro no Brasil”. Leciona Geografia desde 1993.

“Eu sou afro-descendente legítima, essencialmente a cor da pele. Se tivesse um cabelo mais enrolado, a postura das pessoas seria diferente. Há os que me chamam de ‘moreninha’, fruto da miscigenação. A mídia também influencia os estereótipos. Mas o preconceito é maior entre os negros pobres e sem estudo. Esse preconceito é mascarado, minimizado porque a pessoa tem um ‘pezinho mais além’. Eu fiz pós-graduação em “História da África e o negro no Brasil” (...), mas me decepcionei porque a questão racial não foi suficientemente abordada. Ficaram apenas na teoria, não aprofundaram. Parece que não aprofundaram por uma questão política. A escola pode desafiar o preconceito através das disciplinas História e Geografia, aproveitando a questão do mercado escravo para falar da questão social. Os assuntos são comentados de maneira superficial. Quando se fala do negro, o aluno se esquiva, não há uma atuação negra maior. A escola deveria abordar no nível curricular. A mídia é essencial nesse processo, mas é preconceituosa. Então, o desafio contra o preconceito deve partir das bases escolares, em nível curricular. A escola deveria criar projetos, oficinas e divulgá-las para a comunidade. As disciplinas de Sociologia, Biologia, História e Geografia, que são matérias mais específicas, deveriam abordar o tema e criar uma interdisciplinaridade” (da entrevista em 16/08/2006).

A professora Joana afirma que o preconceito existe, sobretudo no que diz respeito ao negro que é pobre, pois o que tem um “pezinho mais além” só é reconhecido porque teve a oportunidade de estudar. É importante destacar que o próprio reconhecimento da identidade negra, por parte da professora, passa pelos desafios apontados por Munanga (2000) e D’Adesky (2001), dentre outros, na medida em que, em seu discurso, parece associar a identidade negra à questão fenotípica, racial. A desafiadora questão da mestiçagem na discussão da identidade negra parece, no caso de Joana, ser subsumida na identidade negra, na medida em que se percebe como tal. De uma certa forma, aliada à posição social e econômica privilegiada, o fato de ser reconhecida como “moreninha” parece confirmar que o preconceito, mascarado, não é percebido por Joana. A hibridização classe social e branquidade envolvida em sua identidade é percebida como vantajosa com relação a discriminações e à própria percepção, por parte dos outros, de sua identidade como “não negra”, ainda que ela própria se assuma como tal.

Joana acredita que o desafio contra o preconceito deve partir da escola, por meio de uma abordagem curricular. Mas o que vemos em grande parte das escolas é uma abordagem multicultural meramente folclórica (Canen & Canen, 2005a; Canen, 2006; Oliveira, 2006), ou seja, não passa de uma comemoração do dia da Consciência Negra ou simplesmente a memória do dia da Abolição da Escravatura. Contudo, Silva (2005), Munanga (2000), Gonçalves e Silva (2006), Siss (2003), dentre outros, afirmam que a questão da raça e da etnia não é simplesmente um “tema transversal”. É uma questão central de conhecimento, poder e identidade. Joana aponta a interdisciplinaridade e a utilização de questões tais como o mercado escravo como tema de debate, particularmente nas disciplinas de História, Geografia, Sociologia e Biologia.

A segunda professora é a Beth. Ela tem 43 anos, é professora de História e pós-graduada em ‘História Geral’.

“Eu sou uma pessoa alegre, otimista, batalhadora e que faz de cada pedra do seu caminho, não um tropeço para a queda, mas um salto para a vitória. Seria muito sem graça a minha vida se eu não tivesse lutado tanto para chegar onde cheguei e onde ainda almejo chegar. Em todos os sentidos já sofri preconceito. Nascida no interior do Rio Grande do Sul eu tinha três agravantes: negra, mulher e pobre. A luta, a disputa no mercado de trabalho, principalmente em escolas, onde as vagas e contratos eram cedidos de acordo com a conveniência política. A escola precisa, primeiro, considerar que ainda existe preconceito, para depois desafiar. Eu só posso resolver o problema se assumir que ele existe. Enquanto eu amenizar a palavra ‘negra’ usando subsídios como ‘moreninha’, ‘marronzinho’, ‘chocolate’, fica muito difícil. O negro é fundamental nesta etapa, se valorizando e levantando a sua auto-estima. A escola precisa

acrescentar o tema como algo bastante necessário ainda nos dias atuais. Colocar a disciplina 'Cultura Afro' no currículo é um bom começo" (da entrevista em 24/08/2006).

Beth sofreu preconceito por ser mulher, negra e pobre. A hibridização identitária a partir de marcadores de gênero (mulher), classe social (pobre) e raça (negra) já são apontadas por Gonçalves e Dias (2005), configurando uma identidade que é percebida como alvo de construção de diferença que discrimina, separa, maltrata, isola, exclui. Uma maneira de garantir e legitimar a perpetuação do racismo no Brasil é a sua invisibilidade, é não assumir que ele existe. Ora, se o objetivo do multiculturalismo é desafiar os preconceitos existentes na nossa sociedade pluriétnica, faz-se necessário que essa conscientização comece na escola.

Percebe-se que o uso de termos pejorativos tais como "chocolate", "moreninha", "marronzinho", é uma maneira de mascarar e/ou amenizar o preconceito. Às vezes, a utilização desses e outros termos começa no ambiente escolar, porém o professor não sabe como reagir. Cabe à escola e à formação de professores criarem estratégias multiculturais (Canen & Canen, 2005a) a fim de preparar o profissional de educação para lidar com a diversidade cultural e de diminuir ou extinguir os diversos tipos de preconceitos presentes no ambiente escolar, por intermédio, por exemplo, da construção coletiva de um projeto político-pedagógico em que a questão da identidade negra seja visível (Oliveira, 2006).

A terceira professora é a Maria. Ela tem 40 anos, é professora de História e pós-graduada em "História Social do Brasil".

"Sou muito comunicativa, sincera e sensível. Sou simpática, receptiva e simples. Se sofro algum preconceito eu não percebo, pois sou audaciosa no que pretendo desenvolver. Tenho muita iniciativa e isso, com certeza, desarma os preconceituosos. A escola pode desafiar o preconceito trabalhando o preconceito, criando situações-problemas e procurando solucioná-las, valorizando toda a história dos continentes e principalmente a história da África e proporcionando momentos que resgatem a cultura afro-descendente" (da entrevista em 24/08/2006).

Maria percebe a identidade como formada de aspectos subjetivos, individuais, sem chegar à consciência da identidade coletiva negra. Desafiar o preconceito através de situações-problema, valorizando e resgatando a história dos continentes, principalmente a do continente Africano, é uma proposta da professora. Recentemente, esta professora promoveu na escola um momento de valorização da cultura negra, através de exposição de fotos, danças, teatros e depoimentos de alunos que fizeram uma visita a local onde ainda há marcas da presença dos negros que ali trabalharam.

A situação descrita enquadra-se numa vertente do multiculturalismo que Canen (2001) chama de multiculturalismo folclórico, visto que busca conhecer a manifestação cultural daquele povo. Contudo, isto não deixa de ser uma iniciativa na busca de caminhos na linha do multiculturalismo, pois este sistema educacional está pensando em respostas que incluam a diversidade cultural em suas atividades.

A quarta professora é a Marta. Ela tem 47 anos, é formada em Letras e Geografia e é pós-graduada em Literaturas Africanas.

“Identidade é tudo que marca, caracteriza um povo, uma região. São traços culturais, multiculturais, deixados de geração em geração. Nunca sofri preconceitos, mas já ouvi comentários de colegas onde escolas de classe média não contratam professor negro. O preconceito é a falta de informação do ‘outro’. A partir do momento em que se trabalha todas as diferenças, a idéia de ‘pré-conceito’ é desfeita” (da entrevista em 22/08/2006)

Marta faz uma observação importante no que tange à contratação de professores negros em escolas de classe média. Se essas escolas adotassem um currículo em que se estudassem as histórias de opressão dos negros, discutissem sobre as diversas culturas e adotassem estratégias multiculturais, certamente teriam uma visão multiculturalista da educação, e seu sistema educacional valorizaria e respeitaria as diferenças. Entretanto, para além dessas características, a contratação de pessoas negras tornaria essa escola mais adiantada no caminho da organização multicultural, na medida em que traria a pluralidade racial para dentro de seu espaço. É importante notar que, no discurso de Marta, identidade já se torna mais do que subjetividade, como nos depoimentos anteriores, constituindo marcas de grupos, o que torna a idéia de Marta associada à identidade coletiva.

A quinta professora é a Lúcia. Ela tem 45 anos e é formada em Letras (Português-Literaturas).

“Identidade é o que sou, o que tenho certeza de quem sou. Sou negra, gorda, sou uma pessoas extrovertida, brigo por aquilo que acredito e tenho sonhos. Quando eu era criança, eu tinha horror a ser negra. Eu era ‘chocolate’. Era adotada e a família era branca. Com o passar do tempo, estudando a história da família, aprendi que você não vale pela aparência, têm fatores que te levam a ter firmeza de identidade. Já sofri preconceito quando comecei a dar aula. Tive uma turma de 1ª série (Ensino Fundamental) no Estado. No primeiro dia de aula, uma aluna chorava muito. Ela era filha de uma professora da casa. Devia ter uns seis ou sete anos e não queria estudar com uma professora negra. Falava pra mãe: ‘Ela é preta, mãe! Não tá vendo?’. Ficou a dúvida se a família era racista. Os professores ficaram comentando, depois. Quando a Débora era da C.A. e eu ia levá-la à escola, os alunos não achavam que eu era a mãe dela. Então, a professora pediu pra que ela levasse a foto do pai e da mãe, explicou a mistura das raças, misturando café com leite. As crianças achavam esquisito eu ser mãe da Débora. Eu nunca senti preconceito aqui na escola. As escolas põem dois ou três professores negros. É um pré-requisito a aparência nas escolas: não ser negro. É aberto, é legítimo. Primeiro, a escola tem de discutir o

assunto e mostrar que ele existe. Abrir debates, deixar que os alunos negros falem sobre o assunto, falar em reuniões de pais, ler livros sobre o assunto, desde pequenos”(da entrevista em 24/08/2006).

Lúcia por ser filha adotiva de uma família branca tinha horror a ser negra. Percebe-se então, a importância da família na construção da identidade. Talvez a família não tenha preparado Lúcia desde pequena para ‘enfrentar’, e até mesmo entender, a questão racial. Entretanto, a questão racial está estreitamente relacionada às relações de poder que opõem o homem branco europeu às populações por ele colonizado, que passa a ser incorporada pela família. A identidade não é algo acabado, definido, mas construído, constantemente, nas relações com o outro e Lúcia a percebe em termos da identidade coletiva negra, a partir dos preconceitos sofridos.

Em relação à professora da C.A., que tentou explicar a miscigenação através da mistura do café com o leite, reforça-se que a identidade mestiça e sua relação ou contradição com a assunção de uma identidade negra é ponto desafiador nas discussões sobre essa identidade (Siss, 2003; Munanga, 2000; D’Adesky, 2001), no contexto de um país miscigenado como o Brasil. Em que medida mascara o preconceito racial ou, ao contrário, poderia representar caminho identitário brasileiro específico na história da luta por representação da identidade negra ainda exige debates.

Em termos pró-ativos do multiculturalismo (Canen, 2006), Lúcia apresenta as vozes de atores negros e o debate com a comunidade escolar como estratégias para lidar com a diversidade cultural.

A sexta professora é a Regina, que é Pedagoga e tem 36 anos.

“O que eu sou. Me faz lembrar, às vezes que a gente tem a preocupação de mostrar o que o outro acha da gente. Você acaba achando que tem de ser o que o outro quer que você seja. Acaba internalizando o que o outro diz. Não mostramos o que realmente somos. As pessoas não te aceitam. Querem do jeito que ela idealizou. Tenho que ser do jeito que você me enxerga. Lembro do Abel ... foi meu professor da sétima série ao segundo ano Normal. Sempre fui calminha, sentava na frente. Uma vez eu ri alto e ele me olhou e disse: ‘Você, Regininha?’. O respeito tem que vir da gente, mas a pessoa negra não se aceita: ‘os outros não me aceitam, os outros...’ a maior dificuldade está dentro da própria família. A gente não se deixa permitir que o outro enxergue a gente da maneira que a gente é. É uma questão de aceitação e a escola não pode impor. Há um choque. Ao meu ver, o problema é muito mais da família que da escola. Uma vez, aqui na escola, nós escolhemos crianças com características que representavam os povos. Escolhemos um menino para representar a raça negra e o pai não aceitou. Nós deveríamos trabalhar muito mais essa questão na escola. Na infância, eu tinha dificuldade para fazer amizades porque era negra e tímida. Sabe aquela coisa de ‘dar as mãos’? ... as crianças não queriam me dar as mãos e nenhuma professora percebia” (da entrevista em 24/08/2006).

Regina, ao falar da sua identidade negra, percebe a identidade em termos de seu aspecto coletivo, a partir de marcadores raciais. Regina afirma que o problema maior está na família, que muitas vezes não assume a sua raça e, conseqüentemente, transfere isso para os filhos. Prova disso é o que ela relata a respeito de um pai que não aceitou que seu filho, sendo um negro, representasse a raça negra. Como a escola pode pensar num cotidiano alternativo, que valorize a pluralidade cultural e contribua para a cidadania multicultural?

Quando criança, os colegas não queriam dar as mãos para Regina e nenhuma professora percebia. Daí a importância de se falar na formação do professor a partir de uma perspectiva multicultural, já que esta orienta para a valorização e reconhecimento de uma pluralidade de raças, etnias, religiões e outros marcadores de identidades.

Garcia (2004) afirma que é necessário reconstruir a identidade da criança afro-brasileira, quando ela entra na escola, mas antes disso, há que se reconstruir a identidade da professora e futura professora afro-descendente. Por isso, se faz tão necessário a inclusão de temas como “Raça”, “África”, “Multiculturalismo” e outros nos currículos dos cursos de formação de professores.

A sétima entrevista foi cedida pelo professor João. Ele tem 47 anos e é Mestre em Educação.

“Identidade é o meu ser, a minha personalidade, o meu caráter, o que contribuo para a sociedade e absorvo dela. Sou uma pessoa extremamente empática, humilde, sincera e a sinceridade, às vezes, leva ao sofrimento... e sou muito transparente. Fui diretor de escola há muitos anos. Um dia, eu estava de bermuda, chinelo e camiseta, dando entrada no turno. Passou uma professora e nem me cumprimentou. Ela passou direto. Precisava que o diretor da escola assinasse um documento. A diretora adjunta mandou me chamar. Quando a professora me viu disse: “esse que é o diretor?”. Ela me olhou de cima a baixo. Talvez se eu estivesse de terno, de tênis, aí seria um diretor. A roupa não faz o homem, nem o caráter. Eu me sinto igual a todo mundo e quando as pessoas tentam fazer com que eu não me sinta, eu procuro meu lugar. Eu entendi que a educação era o caminho, apesar das dificuldades e da pobreza. Meu pai nem concluiu a 4ª série e a minha mãe estudou até a 8ª série. É difícil porque a escola não percebe esse aspecto dentro dela, para isso existem os temas transversais. Mas o negro precisa descobrir a sua importância. A instituição pode resgatar isso através dos temas transversais, através de palestras, debates (sem obrigatoriedade), aproveitando os próprios funcionários da escola, mas que houvesse uma abertura para outras pessoas. O professor pode ajudar mostrando a contribuição de cada cultura em todas as áreas do conhecimento. Não em forma de conteúdo, mas em forma de socialização de saberes, para que o aluno enxergue o mundo com os seus olhos. O aluno não tem culpa porque é a visão que emprestaram para ele, que incutiram nele” (da entrevista em 23/08/2006).

Não é possível identificar na fala do professor João a questão da identidade coletiva (Canen & Canen, 2005b), porque aparentemente internalizou o preconceito, pois “procura o

seu lugar”, quando as pessoas fazem com que ele não se sinta igual a todos. Ele não fala muito da coletividade, mas sim do aspecto individual. Embora tenha deixado claro que o preconceito é superado, acredita que pode ser desafiado pela escola através dos temas transversais. Abordar o preconceito nessa perspectiva se enquadraria no que Canen (2001, 2003) e Oliveira (2006) chamam de folclorização da questão negra ou de multiculturalismo folclórico, porque reduz o multiculturalismo a uma perspectiva de valorização de costumes festas e outros aspectos folclóricos, ocultando discriminações e relações desiguais entre sujeitos e universos culturais diversos. Na verdade, se olharmos sob a ótica do multiculturalismo crítico (Canen, 2003, 2006), é necessário integrar essas ocasiões folclóricas a discussões mais amplas sobre a construção histórica das diferenças, dos preconceitos e como superá-los.

O oitavo professor entrevistado é Pedro. Ele tem 41 anos, é Doutor em “Estudos de Literatura”. É também escritor.

“A identidade é algo que se assemelha, que busca uma aproximação e que é igual; que busca igualdade, equilíbrio. Eu me identifico com a minha profissão, que me projeta na relação com o outro, naturalmente. Durante a juventude, o teatro e a escrita me encaminhavam para isto. A participação na igreja também me deixou assim; o ambiente religioso paroquial me abriu horizontes: o teatro e a escrita. As primeiras experiências surgiram daí. Nunca sofri nenhum tipo de discriminação. Aprovam os meus textos pelo que escrevo. Não há preconceito nem em editoras israelitas. não percebo mudança quando me vêem pessoalmente (às vezes aceitam a proposta através de e-mails, só depois que o conhecem pessoalmente). Trazer a África é um primeiro desafio porque a contribuição do africano é intensa e imensa, e isso foi esquecido plenamente nos bancos escolares. As cantigas, as falas, os contos que remetem à umbanda. As histórias têm muito do negro. A aproximação com a cultura africana tem de ser feita pela escola, porque há uma grande contribuição do povo africano e do povo indígena para a formação da população brasileira. Como disciplina (África) favoreceria, através de estudo dirigido e pesquisa, com nota” (da entrevista em 23/08/2006).

Pedro permite que entendamos a construção de sua identidade individual no espaço religioso, hibridizando marcadores raciais e religiosos na construção identitária. É importante notar que, mais do que marcadores de raça ou de cor, a identidade negra, para Pedro, é formada pelo que D’Adesky (2001) e Munanga (2000) atribuem como identidade étnica, mais precisamente a identidade relacionada à cultura africana. Em consonância com essa perspectiva, sugere, para o desafio ao preconceito, a inclusão do tema África na escola. Porém, como já vimos anteriormente, a cultura africana não pode ser vista apenas sob um olhar meramente folclórico, mas de uma perspectiva mais crítica, que possa levar o aluno a pesquisar e refletir nas causas das segregações, na exclusão da raça negra, nas questões históricas que levaram o negro a ser tão discriminado (Gonçalves e Silva, 2005). E que, além

disso, os alunos sejam capazes de reconhecer as vozes dos grupos étnicos e culturais caladas por tanto tempo.

Para tanto, argumentamos que as estratégias multiculturais citadas por Canen & Canen (2005a) são importantes no ambiente escolar, pois desenvolvem o respeito, o entendimento e a valorização da pluralidade cultural e de identidades plurais. É necessário resgatar a sensibilidade para modos diferentes de perceber as relações humanas, com a finalidade de criar uma organização multicultural que entenda e valorize as diversas possibilidades de culturas e, conseqüentemente, suas contribuições. Se a escola apresenta características de uma organização multicultural, ela será capaz de envolver seus agentes em situações de desafio aos preconceitos e viabilizar, por meio de estratégias, situações que resgatem o respeito pelas diversas culturas presentes em todas as áreas da nossa sociedade.

Considerações finais

O presente estudo buscou trazer para a reflexão subsídios teóricos e práticos para repensarmos a formação de alunos, professores e funcionários que atuam na escola, considerada uma organização multicultural. Não é possível esgotar o assunto, contudo, é possível levantar questões e reflexões que remetem à importância de levarmos em conta o multiculturalismo na formação das identidades dos sujeitos que atuam no cenário escolar, no caminho da escola como organização multicultural.

Para isto, situamos a questão do multiculturalismo na escola abordando a perspectiva da identidade negra no horizonte da escola como uma organização multicultural, tendo como ponto de partida episódios de discriminação no ambiente escolar e os relatos de experiências de professores negros que atuam numa escola particular da Baixada Fluminense.

A partir das entrevistas cedidas pelos professores, fica evidente que a escola ainda está um pouco distante de desempenhar o seu papel como uma organização multicultural, visto que muitas vezes é nela que encontramos situações que reforçam o preconceito e a não valorização do outro como ele é. Em relação à formação dos professores, percebe-se que ainda há muito o que fazer, principalmente quando falamos no currículo dos cursos de formação. Como desejar o sucesso de professores e alunos negros que foram perdendo sua identidade devido a um perverso processo de esquecimento de sua história e de sua cultura de origem?

Pensar na escola como organização multicultural, a partir dos aportes teóricos e do estudo de caso, parece passar por aspectos tais como: construção coletiva de um projeto

político-pedagógico que configure a identidade institucional da escola como valorizadora da pluralidade e questionadora do preconceito racial; tornar a pesquisa multiculturalmente orientada como processo de formação inicial e continuada de professores, no sentido da problematização do racismo e dos preconceitos e da elaboração de projetos e estratégias curriculares e avaliativas desafiadoras do mesmo; tornar a interdisciplinaridade a partir de situações problema e temáticas raciais e identitárias mais impactante no currículo escolar; contratar maior número de professores negros, garantindo sua representação no espaço escolar; articular temas e assuntos nos diversos campos disciplinares ao questionamento de relações desiguais fruto de discriminações e construções de diferenças; trabalhar com os atores escolares e a comunidade mais ampla, incluindo a família, no sentido pró-ativo do multiculturalismo, desafiando a construção das diferenças e fomentando clima institucional aberto à diversidade.

Nesse sentido, é necessário que a escola caminhe para seu reconhecimento como uma organização multicultural, educando as novas gerações na convivência, respeito e valorização das culturas plurais. A educação, em seus diversos contextos, é chamada a desempenhar um papel relevante na preparação para a diversidade, para o respeito, e, sobretudo, na prevenção da intolerância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, M.D.P.; CANEN, A. Identidade Negra e espaço Educacional: vozes, histórias e contribuições do multiculturalismo. *Cadernos de Pesquisa*, v.34, n.123, p. 709-724, set./dez. 2004.

CANEN, A. Multiculturalismo e Identidade escolar: desafios e perspectivas para repensar a cultura escolar. In: OLIVEIRA, I. (Org.). *Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira*. Niterói, RJ: EdUFF, 2006.

_____. Universos Culturais e Representações Docentes: subsídios para a formação de professores para a diversidade cultural. *Educação & Sociedade*, 2001, n.77, p.207-227.

CANEN, A.G.; CANEN, A. *Organizações Multiculturais*. Rio de Janeiro: Ed. Ciência Moderna, 2005a.

CANEN, A.; CANEN, A.G. Rompendo Fronteiras Curriculares: o multiculturalismo na educação e outros campos do saber. *Currículo sem Fronteiras*, v.5, n.2, p.40-49, Jul/Dez

2005, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005b. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org. Acesso em: 30 de outubro de 2006.

D'ADESKY, J. , *Racismos e Anti-Racismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 2001.

GARCIA, R.L. Currículo Emancipatório e Multiculturalismo: Reflexões de Viagem. In: SILVA, T.T.; MOREIRA, A.F. (Orgs). *Territórios Contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais*. 6.ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2004.

GONÇALVES, L.A.O.; SILVA, P.B.G. *O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos*. 3.ed., 2.reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GONÇALVES E SILVA, P. B., Pesquisa e Luta por Reconhecimento e Cidadania. In: Abramowicz, A. & Silvério, V. R., *Afirmando Diferenças: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola*. São Paulo: Papirus Editora, 2005, pp. 27 – 54.

MUNANGA, K. (2000), Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia, *Cadernos PENESB*, n. 5, pp. 15 – 34.

OLIVEIRA, I., Educação e População Negra: especialistas em sala de aula e no contexto escolar, *Cadernos PENESB*, n. 6, pp. 179 – 208. Niterói: EdUFF, 2006, pp. 179 – 2008.

SERRANO, G.P. *Educação em Valores: como educar para a democracia*. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SILVA, M.J.L. As exclusões e a educação. In: TRINDADE, A.L.da; SANTOS, R.dos (Orgs). *Multiculturalismo: mil e uma faces da Escola*. 3.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SILVA, T.T. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2.ed., 8. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SISS, A. , *Afro-Brasileiros, Cotas e Ação Afirmativa: razões históricas*. Rio de Janeiro: EdUFF e Quartet Editora, 2003..